

AS GREVES DOS EDUCADORES ESTADUAIS NO RIO GRANDE DO SUL E O INTENSO DEBATE NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 1979

Mauro Luiz Barbosa Marques *¹

RESUMO: Este artigo analisa a greve dos professores da educação pública estadual (magistério) do Rio Grande do Sul ocorrida em 1979 na conjuntura de crise e esgotamento do regime militar brasileiro. O CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul) foi o centro organizador desta greve, destacada como um evento de caráter político no Estado e em especial no debate legislativo entre situação (ARENA) e oposição (MDB) nos últimos momentos do bipartidarismo. É pretendido analisar o impacto de tal greve a partir dos discursos dos parlamentares estaduais buscando nesta fonte histórica situar as ações dos trabalhadores no cenário político daquela conjuntura. A partir de tais fontes e seu devido cruzamento busca-se compreender parte do debate político presente na sociedade naquele momento sobre os movimentos docentes.

PALAVRAS CHAVE: Greve docente, crise da Ditadura Militar, debate legislativo.

Introdução

Ao final da década de 1970, o regime militar e a coalizão que administrava um regime autoritário e segregador da participação popular foi cedendo, pois já se encontrava esgotado o chamado ‘milagre econômico’, situação ainda somada a uma crescente contestação de várias camadas da sociedade. Em especial, a ação mobilizatória grevista de diversas categorias urbanas e rurais espalhou-se por várias regiões do país.

Entre estas ações grevistas, se destacaram as greves do magistério público estadual do Rio Grande do Sul que definiu paralisações grevistas a partir de 1979, decisão que se repetiria em anos seguintes.

Era o período final do Regime Militar brasileiro, durante o governo estadual do Sr. Amaral de Souza (ARENA). O CPERS, entidade fundada em 1945, foi o centro coordenador destas greves, as quais articularam as ações de milhares de educadores, em geral com forte apoio popular. Nas palavras de MAESTRI (2010, p. 390):

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculado à rede pública estadual do RS. Contato: mauro.238@hotmail.com

Desde o início de sua gestão, Amaral de Souza enfrentou sucessão de duras greves do magistério público, dos trabalhadores da construção, do transporte público, dos bancários, etc. O movimento grevista assinalou o renascimento da luta sindical no Rio Grande do Sul – ao igual que no Brasil – e constituiu marco da história política e social rio-grandense.

Na Assembléia Legislativa, o debate político entre os partidos da casa incluíram em seu conteúdo da época posições explícitas destes episódios. A partir dos registros escritos deste debate, é pretendido compreender parte do debate político presente na sociedade naquele momento sobre as inéditas greves de educadores.

O ano de 1979 é escolhido como recorte temporal por ter sido a greve pioneira da categoria e por sua grande adesão. Tudo isso refletia um período em que ocorreu expressiva ampliação de lutas sindicais irradiadas especialmente a partir do ABC Paulista.

As lutas oriundas do mundo sindical foram um dos tentáculos fundamentais para retirar as forças e diminuir a legitimidade do regime militar ainda vigente. As opções deste regime instalado em 1964 foi a abertura acelerada aos financiamentos externos visando rápida industrialização. Tais financiamentos ampliaram o endividamento nacional e no momento que a economia reduziu seu crescimento, especialmente a partir de 1973, as conseqüências sociais foram brutais.

O arrocho salarial e a superexploração sobre a classe trabalhadora foram a marca deste período, fatores que aumentaram “as desigualdades sociais e pauperizou boa parte dos trabalhadores brasileiros” (RIDENTI:1990, p. 168). O objetivo de industrialização foi alcançado, além da ampliação dos serviços básicos para uma população que rapidamente trocava o campo pela cidade². Este fenômeno levou ao crescimento de “uma classe média assalariada gerada pela expansão das ocupações tecnocientíficas e burocráticas ligadas à grande empresa e à administração pública” (SALLUM JR.: 1996, p.56).

² Sobre o Rio Grande do Sul: “Em 1950 dois terços de sua população vivia na zona rural e 30 anos depois a situação se invertia. Em 1980, 67,5% dos seus habitantes tornaram-se urbanos” (ELMIR: 2005, p. 22 APUD NOLL e TRINDADE).

3

Caracterizamos neste artigo, os trabalhadores em educação como parte deste contingente de classe média assalariada, setor pauperizado e salarialmente achatado a partir da segunda metade da década de 1970.

A partir das imensas dificuldades do próprio regime, especialmente na gestão Ernesto Geisel (1974-1979), foi articulada o que os militares definiram como abertura política e que ANTUNES (1988, p. 126) conceitua como uma “auto-reforma da estrutura política da autocracia burguesa, de ‘democratização por dentro da ditadura’”. Para o autor, era “uma transição lenta e gradual, capaz de soldar as necessidades de rearranjo político entre os interesses diferenciados das frações burguesas, preservando-se a estabilidade da ordem”.

Tal abertura permitiu a retomada de organização e mobilização de diversos setores da sociedade, foi um período de multiplicação de associações de bairro, sindicatos, movimentos contra o custo de vida, pela moradia, pela terra, entre outros. Apesar de debilitado, o regime militar fez o enfrentamento – de variadas formas - com os movimentos sociais e suas lutas. Não foi diferente no Rio Grande do Sul com as greves dos educadores e com outros setores, como os bancários.

Diversas vezes tais mobilizações foram reprimidas, visto que a “contestação   vista como um ataque sistemático ao próprio regime, sendo, portanto, ilegítima e sujeita às medidas repressivas do Estado que derivam do princípio de autodefesa” (STEPAN: 1986, p. 62).

Ameaças de punições estiveram sempre no contexto das greves dos educadores no Rio Grande do Sul e nas demais categorias. Nada disso impediu que tais movimentos ocorressem no Estado e em todo o país, pois entre “janeiro e outubro de 1979 houve mais de 400 greves” (SKIDMORE: 1988, p. 417). Tais fen menos incidiram sobre a categoria dos trabalhadores em educação no Rio Grande do Sul: como conseqüência, “na segunda metade dos anos 1970, a organização dos professores aproxima-se dos trabalhadores, deixando de ser específica da categoria para ampliar seu escopo (...)” (GOHN: 2009, p. 25).

A origem dos movimentos dos educadores no Rio Grande do Sul está em todo este contexto somado a peculiar gravidade da sua situação social. Com o passar dos anos e pela experiência das lutas, somou-se a isso uma capacidade de organização através de um sindicato atuante e espreado em todas as regiões do Estado.

4

Vale ressaltar que sempre foram radicais as repercussões que qualquer mobilização deste grupo assume por estar em toda parte do Estado e, vinculado às comunidades – muitas vezes de baixa renda e trabalhadores - em todos os cantos gaúchos (ELMIR: 2005, p. 32 e 33).

A greve de 1979 e o debate legislativo

Em 1979 a adesão grevista beirou os 90% da categoria, em média, em todo Estado. Obviamente não havia certeza desta adesão quando se preparou a Assembléia de abril de 1979, como se percebe ao analisar os documentos internos do Sindicato. Entre os dirigentes havia um misto de confiança na solução do problema sem greve e a certeza que era necessário seguir firme, caso necessário.

Assim, por um lado havia um sentimento de que as autoridades eram sensíveis aos pedidos dos educadores e por outro a perspectiva de algum grau de enfrentamento. Era natural certo receio pela ação inédita que se aproximava, mas em abril de 1979 foi decretada a primeira greve por tempo indeterminado da educação do Rio Grande do Sul, após 1964.³

A opção grevista foi uma completa ruptura na relação entre a categoria e o governo até aquele momento e tais greves ganharam espaço nos discursos de tribuna entre os deputados estaduais diariamente. Em 1979 estavam representados na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul os partidos ARENA e MDB, únicas legendas autorizadas no país. Cabe salientar que os deputados emedebistas eram maioria na Casa sul rio-grandense.

Naturalmente, a ARENA, que também contava com o governador do Estado eleito de forma indireta, tinha críticas às movimentações docentes enquanto o MDB externava seu pleno apoio.

Semanas antes da greve de 1979 já havia discursos de legisladores sobre o tema. O futuro Secretário da pasta da educação também era deputado e professor estadual. Em discurso na Casa, assim ele se preparava para exercer o cargo:

³ Foi a primeira greve no Rio Grande do Sul após o golpe de 1964 e a segunda greve em termos nacionais. Antes, em 1964, uma greve na capital foi coordenada pela Federação dos Grêmios dos Professores. Em 1963 uma greve reivindicou salários atrasados, efetivação de profissionais contratados dos professores estaduais em Santa Maria, movimento que obteve pleno atendimento por parte do governo de então (CPERS: 1995, p. 26).

5

(...) como é prioritária a área social, S. Ex^a o Sr. Amaral de Souza já nos determinou que realizássemos um estudo profundo, para que se resolvesse a situação do magistério do Rio Grande do Sul (...).

(...) conclamamos os representantes do povo do Rio Grande, para que possamos, não a médio, mas a curto prazo, encontrarmos uma solução para os agentes da educação, já que melhor incentivados, com mais tranquilidade, até mesmo para a própria família, possa através de uma assistência efetiva ao educando, ministrarem suas aulas, dando condições às crianças de serem receptíveis a estes ensinamentos e, como meta básica e fundamental, melhorarmos a qualidade do ensino (...) para que no futuro, dentro de um espírito preparado intelectualmente e numa instituição que permita a manifestação dos nossos anseios democráticos, levem o nosso país ao verdadeiro lugar que lhe está reservado (Comunicação do dep. Leônidas Ribas (ARENA): 10^a Sessão, 14 de março de 1979).

A posição normalmente defendida pela bancada da ARENA, inicialmente, foi de buscar uma solução negociada reconhecendo as dificuldades da categoria. Esperavam os arenistas que a categoria mantivesse seu tradicional método que não incluía movimentação grevista para atingir as reivindicações da categoria. Por sua vez, a bancada do MDB trazia o cenário nacional para o debate local e era contundente em suas críticas:

É preciso pensar que as ramificações, que os tentáculos do arbítrio dos regimes ditatoriais atingem todos os setores da vida pública brasileira e atinge, principalmente, o setor da educação. (...) nos regimes obscurantistas, nos regimes de ditadura, naqueles regimes em que não há liberdade, em que há opressão, justamente a classe dos professores é sempre a mais atingida. Basta lembrar que, na Alemanha de Hitler, mais de 50 mil professores foram banidos de seus cargos (...).

(...) o Ministério do trabalho (...) fez uma advertência séria à greve de professores que se realiza no RJ, atualmente alertando as autoridades estaduais e municipais para a grave ameaça que representa à segurança nacional, determinando a proibição desta greve e a advertência aos dirigentes sindicais acaso envolvidos que estão sujeitos a penas de advertência ou perda de mandato, conforme a Lei. Mas pergunto: como os professores podem exigir os seus direitos, como os professores podem lutar pela salvação, pelo reerguimento da educação neste país se lhes é vedado, se lhes é coibido o direito de greve, se lhes é vedado o direito de reivindicar? (...) Mais de 50 mil professores sofrem hoje problemas dos mais graves (...) vivem hoje com um salário que é três vezes menor do que aquele que tinham antes de 1964” (Comunicação do dep. José Alberto Fogaça (MDB): 10^a Sessão, 14 de março de 1979).

Outro deputado da bancada emedebista continuou numa mesma perspectiva, também cobrando promessas do governo:

O Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul no último ano, através de contatos constantes com o Sr. Governador do Estado, dele ouviu a promessa de que ainda em seu governo, que amanhã expira, seria encaminhado a esta Casa Projeto de Lei instituindo um salário mínimo profissional para o professor, que seria constituído de 3 salários-mínimos regionais. No entanto o Sr. Governador do Estado, embora houvesse prometido tal providência, até hoje não cumpriu com o prometido. Hoje em SP e no RJ existem greves de professores. Amanhã poderá acontecer greve de professores aqui em nosso Estado. Se isso vier a ocorrer, que ninguém diga que é subversão, porque os professores estão cansados de ouvir promessas que nunca são cumpridas.

(...) congratular-me com a classe do Magistério do Rio Grande do Sul, que está em Assembléia permanente, buscando melhores condições de trabalho, e repudiar, ao mesmo tempo, a atitude do Sr. Governador do Estado que não cumpriu com aquilo que havia prometido aos professores, isto é, instituir o

6

salário mínimo profissional (Comunicação do dep. Romildo Bolzan (MDB): 10ª Sessão, 14 de março de 1979).

Na sessão seguinte, continuou sendo pautada as ações dos educadores estaduais quando o deputado Fogaça registrou o comparecimento do presidente da entidade dos professores na Assembléia Legislativa, advertindo a cerca dos movimentos que avizinhavam a realidade estadual:

Tivemos a oportunidade de ouvir um depoimento que nos foi prestado pelo Presidente do Centro Gaúcho de Professores Sr. Hermes Zanetti que, através de uma explanação muito clara, (...) nos revelou, ainda que dolorosamente, a situação crítica e até mesmo dramática em que vivem os professores de nosso Estado. Falo do nosso Estado; mas quero que o problema não fique apenas circunstanciado ou confinado ao Estado do Rio Grande do Sul (Comunicação do dep. José Fogaça: 11ª Sessão, 16 de março de 1979).

Nas vésperas da greve, os governistas tinham expectativa nas tratativas entre sindicato e governo via uma comissão formada pelas partes, evitando chocar-se contra a possibilidade da mobilização:

(...) os professores ainda mantêm o diálogo com o governo, estão resolvendo o seu problema (...). Enfatizou o Presidente da referida Comissão, o Professor Hermes Zanetti, que há determinação do Governo Amaral de Souza em manter um diálogo permanente com o Magistério e todas as forças vivas do Rio Grande do Sul (Comunicação dep. Firmino Girardello (ARENA): 19ª Sessão, 28 de março de 1979).

Apesar dos supostos esforços, a greve dos educadores foi definida em Assembléia no Clube Caixeiros Viajantes no início do mês de abril para ocorrer no prazo de dois dias, o que direcionou os debates entre as bancadas, como se percebe nos discursos registrados:

A legitimidade da greve dos professores gaúchos é incontestável. Esgotaram a paciência, sustentando, durante todos estes anos, o arrocho salarial que atinge toda a sociedade brasileira. (...) Hoje, os professores reivindicam um aumento de 70%, que significaria um reajuste, a fim de minorar a injustiça cometida. Esses engodos (...) fizeram com que os professores tomassem a decisão de decretar a greve para dentro de quarenta e oito horas, a qual é justa e legítima.

Aliás o governo e seus representantes têm dito que não há dinheiro para pagar o aumento. Ora, essa é uma desculpa esfarrapada, pois sabemos que dinheiro existe, basta apenas o Governo entender que a educação é prioritária (Comunicação dep. Antenor Ferrari (MDB): 23ª Sessão, 3 de abril de 1979).

As delegacias de educação e direções de escolas deste Estado estão pressionando os professores para que não adiram à greve, cortando o ponto desses professores. Sugiro o cumprimento das promessas feitas pelo governo – e por escrito – como única solução! Essa é a verdade! (Comunicação dep. Romildo Bolzan (MDB): 23ª Sessão, 3 de abril de 1979).

7

Os representantes arenistas no legislativo utilizaram nesta sessão a própria existência do movimento como mostra da liberdade de articulação sindical e da abertura política que ocorria no país naquela altura:

(...) o enfoque que deve ser dado é que estamos em plena abertura democrática e as greves são permitidas. (...) 54% da Folha de pagamentos é para o professorado e ainda se diz que não se dá prioridade à educação (...).

(...) o Governo Amaral de Souza só dará o aumento no momento em que possa, efetivamente, pagá-lo. Não podemos voltar ao passado, em que os professores recebiam 2 vezes ao ano e no restante passavam a fazer vales nos armazéns e nas casas que os forneciam (...).

Como pode o Governador Amaral de Souza afastar-se do Rio Grande do Sul para buscar recursos na área federal se os professores se declaram em greve? Exatamente o movimento grevista dificultará, sem dúvida, tanto a busca de recursos como, e principalmente, as outras medidas destinadas a beneficiar o professorado (...). Não somos contra a greve, de forma alguma, é a forma de reivindicar melhorias que caracteriza as democracias (Comunicação dep. Firmino Girardello (ARENA): 23ª Sessão, 3 de abril de 1979).

O debate nas vésperas da greve tomou conta do plenário e das intervenções dos deputados. O deputado Fogaça (MDB) chegou a utilizar gravador com som da Assembléia do Sindicato o que causou debate regimental por colocar recurso de voz estranho aos representantes da casa. Mais adiante, especificamente no período da greve, as atenções se voltaram ao desenrolar e aos movimentos tanto do governo como da categoria:

Nomeação de professores, áreas 2 e 3, no total de 2 mil ao mês até 20 mil nomeações; aumento de 55%, 40% já concedidos a contar de 1º de março e 15% a contar de 1º de julho próximo; Continuidade da Comissão Paritária (...). A presente decisão materializa o que o governo pode oferecer e demonstra a sua preocupação em manter o diálogo, em um clima que corresponda ao alto nível da educação ministrada em nosso Estado (Líder do governo apresenta proposta do governo: 24ª Sessão, 4 de abril de 1979).

Não me lembro, nestes últimos anos, de ter presenciado uma mobilização popular tão emocionante e tão demonstradora da vontade, da determinação, do desejo autêntico de uma classe, a classe dos professores, de afirmar-se de forma definitiva diante de tantas pressões que têm sido feitas para demovê-los, para fazê-los recuar (...) . Acredito que aquilo é manifestação popular, aquilo que é o desejo da maioria deve ter o respaldo dos representantes desta Casa. É uma luta justa e com ela estamos comprometidos até o pescoço (Comunicação do dep. José Fogaça (MDB): 24ª Sessão, 4 de abril de 1979).

A partir do momento no qual a categoria não aceitou a proposta acima descrita pelo deputado situacionista, merece destaque a posição arenista sobre a legalidade da greve, debate prioritário para esta bancada a partir de então:

Não é verdade que os deputados da Arena dizem que o movimento é legal, quando a Constituição diz, claramente, que os serviços essenciais – e educação se conceitua entre este princípio – não é legal. O movimento grevista não é legal, embora legítimo (Aparte do dep. Geraldo Germano (ARENA): 24ª Sessão, 4 de abril de 1979).

Observa-se a contradição entre legitimidade – não questionada – mas a ilegalidade do movimento, sempre reforçada pelo discurso arenista. Por parte da oposição, houve mesmo denúncia do uso da força contra a greve:

Não foi outra coisa que fez o Governador do Rio Grande, nada mais do que usar a força, 20 dias depois de tomar o poder. O sucessor do Dr. Sinval Guazzelli, na noite passada, nesta madrugada, se utilizou, mais uma vez, de um instrumento de força para procurar estancar uma mobilização popular. E provavelmente irá consegui-lo, pois momentaneamente os professores terão que silenciar, porque se assim não o fizerem estarão incursos nas penalidades da Lei, que é utilizada pelo Governador, pelo Poder, hoje, para sufocar os movimentos reivindicatórios no Brasil (Comunicação dep. Algir Lorenzon (MDB): 26ª Sessão, 6 de abril de 1979).

O debate da legalidade da greve seguiu até o final da mesma. É significativo registrar o conjunto dos argumentos dos envolvidos no debate, pois estes refletem, ao menos em parte, a discussão que também permeava a categoria e a sociedade:

De fato, pelos oradores que me antecederam foi citado, aqui, o artigo 162 da Constituição que diz: (lê) 'Não será permitida a greve nos serviços públicos e atividades essenciais definidas em lei'. Depois foi dito que, a partir daí, as atividades essenciais haviam sido fixadas em Decreto Lei, desqualificando, talvez a inserção do magistério nestas atividades essenciais. (...) É um Decreto-Lei, por isso foi arguida, talvez a ilegalidade, pelo fato de inserirmos a greve do magistério na lei que proíbe greves. Mas, é exatamente neste ponto que faltou o esclarecimento que estou trazendo a tribuna. É que o Plano de Carreira do Magistério e o Estatuto do Funcionário Público, estes, sim são leis; estes foram votados aqui. E o que diz o Plano de Carreira do Magistério no seu Artigo 126? 'Aplicam-se, no que couber ao pessoal do Magistério Público Estadual, as disposições do Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado relativas a proibições, responsabilidades e penalidades'.

Vamos agora ao que diz o Estatuto do Funcionário Público no seu Artigo 203. (...) 'É ainda proibido ao funcionário (...) incitar greves ou a elas aderir ou praticar atos de sabotagem contra o regime ou o serviço público'.

Os argumentos do líder da bancada da ARENA não eram desprezíveis, pois as leis anti greve não eram fruto apenas de decretos dos militares do poder. Vinham do período anterior ou tiveram aprovação por parte de deputados, eleitos diretamente. A visão criminalizante ante os movimentos grevistas não era restrita apenas aos mentores do período militar. Depois de tal exposição, como era praxe dos deputados, foi pedido o registro da nota oficial do Governador:

A comunidade rio-grandense é testemunha de que o Governo tudo fez para encontrar uma solução harmoniosa, capaz de ir ao encontro das reivindicações do Magistério Público. Procurou o diálogo construtivo; ofereceu tudo quanto as finanças públicas poderiam suportar, com sacrifícios de investimentos e outros setores de vital importância para o povo gaúcho. Estendeu as mãos, num gesto de conciliação, e não foi correspondido. É dever do governo garantir a ordem, assegurar a tranquilidade social e manter o

normal funcionamento dos serviços públicos Comunicação dep. Firmino Girardello (líder do governo – ARENA) 26ª Sessão – 6 de abril de 1979.

Referendando a nota de seu governo, o deputado arenista deixou claro os investimentos que não seriam feitos com o aumento dos 15% colocados pelo governo no salário docente e que muitos ficariam sem empregos pois não haveria obras em estradas, eletrificação e infra estrutura. Lembrou ainda do ponto facultativo decretado pelo governador, o que demonstrava, segundo o deputado, a inexistência de pressões sobre o movimento, apesar da reafirmação dos itens legais.

Outro aspecto significativo no debate entre as bancadas era a vinculação mais ampla – feita pela oposição – do contexto da greve com a realidade nacional e, em especial, com o regime militar vigente.

Não são os os Srs. Deputados da ARENA mesmos que vêm, diária e constantemente a esta tribuna afirmar categoricamente as virtudes revolucionárias, a criação de riqueza neste País ? Onde estão as riquezas? No bolso de quem? Dos professores? Não! Agora, quem está errado e quem está certo? (Comunicação dep. Romildo Bolzan (MDB): 28ª Sessão, 10 de abril de 1979).

Nova Assembléia de professores manteve a greve, o que levou o governo a realizar exigências de retorno às aulas para ocorrerem negociações. Assim, o governo condicionava o diálogo ao retorno à sala de aula, o que foi amplamente divulgado nos meios de comunicação, numa clara disputa com o movimento. Tal exigência também apareceu nos discursos da situação na Casa:

(...) se acusa o Secretário de Educação de haver radicalizado sua posição. De forma alguma! Voltem os professores às aulas, e o Governo mandará para cá a mensagem, dando remuneração que pode ser dada: quatro mil cruzeiros de piso salarial e cinquenta e cinco por cento para todos aqueles que não forem contemplados por esse piso salarial. Para nós, Governo, não devemos negociar com quem está na ilegalidade. E os professores, enquanto em greve, estão na ilegalidade, e o Governo não pode negociar, contestando a ilegalidade (Comunicação de líder do dep. Firmino Girardello (ARENA): 28ª Sessão, 10 de abril de 1979).

Considerando tal impasse, na 30ª Sessão, em 11 de abril de 1979, foi sugerida pela bancada do MDB pela forma de requerimento, uma Comissão de Representação para auxiliar nas negociações entre as partes “com vistas a possibilitar uma solução alta, honrosa, à altura das tradições democráticas da nossa gente”. Tal proposta foi aprovada sem os votos da ARENA, mas contribuiria no desfecho do movimento.

10

Uma série de situações iria levar ao final do movimento grevista: importante considerar que naquela altura, setores de base da Igreja se aproximaram dos movimentos sociais dando, em variados níveis, apoio político. Assim ocorreu em 1979, quando foi determinante a intervenção do Cardeal de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, o qual fez uma mediação visando a construção do diálogo entre as partes (ocorrido de forma semi secreta) com resultados expressivos quanto a pauta de reivindicações do movimento.

Até aquele momento, o governo Amaral de Souza argumentava suas dificuldades financeiras, mas o fator mais significativo era o crescimento da greve, o apoio popular e sua adesão massiva, que levou a uma solução positiva.

O final da greve e as conclusões de cada um

Assim terminou a primeira greve da educação em termos estaduais contra o regime militar, após uma assembléia com mais de 10 mil presentes no Ginásio Gigantinho, em Porto Alegre. O conjunto das reivindicações acabou atendido pelo governo, apesar do prazo quanto a integralização da porcentagem de reajuste, o qual subiu dos 55% inicialmente propostos para 70%.

O final da greve teve diferentes conclusões, obviamente, entre os partidos da Casa legislativa. Para o MDB fora uma vitória da categoria contra o governo e seu não cumprimento de acordos:

A greve do magistério gaúcho chegou ao fim. Vitória do professor; vitória da comunidade; vitória da educação; vitória da unidade, da honra, da dignidade profissional de uma classe, o professor. (...) Quero, ainda, registrar o apoio que a classe recebeu de toda a comunidade gaúcha e de todos os integrantes desta Casa que entenderam justas e legais as reivindicações do magistério e, apenas, lamentar que alguns quiseram imiscuir, dentro de um processo de greve honesto e legítimo, a palavra ilegal, a palavra subversão. (...) [recebe aparte anti regimental do deputado arenista Jarbas Lima não registrado e prossegue] Como é que é Deputado? Eu ameaçando o governo? Mas quem sou eu? Se tivesse um canhão, uma metralhadora seria possível, mas não tenho isso. (...) (Depoimento do dep. Romildo Bolzan (MDB): 32ª Sessão, 17 de abril de 1979).

Na visão da bancada arenista, o governo estadual concedeu o máximo dentro dos seus limites orçamentários. Contrariando a dura realidade de dias anteriores, reiterou nunca ter se negado ao diálogo:

Superado o impasse, a greve deflagrada pelo professorado gaúcho dia 5 de abril chegou hoje ao seu final. Com a intermediação de (...) Dom Vicente Scherer, após a manifestação desta casa quanto aos justos anseios do magistério público estadual que estava a reivindicar um melhor tratamento salarial, muito embora as notórias dificuldades do erário em atender tal reclamo, felizmente chegou-se a um final feliz (...). A proposta conciliatória que uniu as partes interessadas na assembléia de ontem (...) coroamento de um diálogo que sempre existiu (*sic*) entre governo e magistério de nosso Estado, (...). O governo sempre foi sensível ao reclamo das dedicada classe dos professores cujas fileiras integrei até assumir o meu mandato (...) (Depoimento do dep. Geraldo Germano (ARENA): 32ª Sessão, 17 de abril de 1979).

Apesar da ‘sensibilidade’ governista, dezesseis meses depois nova greve docente iria sacudir a conjuntura política estadual. A categoria sul rio-grandense fez greves praticamente anuais até 1991 enfrentando mesmo aqueles partidos (MDB deu lugar a PMDB e PDT, por exemplo, a partir de 1980) situados na oposição em 1979, mas que foram alçados para a situação ao vencerem as eleições a partir de 1986 e efetivamente governarem o Estado.

Os discursos legislativos representavam as posições de cada bancada naquele momento da realidade e a disputa objetiva que estava colocada. Os movimentos grevistas eram um dado no tabuleiro utilizado pela oposição, entre outros, para enfraquecer o regime militar. Em nenhum momento se tratou de uma discussão de princípios, pois o arcabouço anti greve não foi construído apenas pelos militares e por seu regime.

A história das greves docentes duramente mostrou com o passar dos anos justamente isso: ser situação ou oposição muitas vezes influenciou imensamente o discurso a cerca dos movimentos grevistas, algo bem mais forte do que uma suposta coerência política.

FONTES

ALVES, Maria H. Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Vozes, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80**. São Paulo: Editora Ensaio & Campinas: Editora UNICAMP, 1988.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa Estado Autoritário (1968-1978)**. São Paulo: EDUSC, 1999.

BENITES, Sônia Aparecida Lopes: A História contada nas páginas de jornais. IN: **Revista Letras**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

BOITO JR., Armando [et al.] **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

BULHÕES, Maria da Graça & ABREU, Mariza. **A luta dos professores gaúchos – 1979/1991. O difícil aprendizado da democracia.** Porto Alegre: Editora L&PM, 1992.

CPERS. **CPERS Sindicato – 50 anos – compromisso com a cidadania plena.** Porto Alegre: Editora Tchê, 1995.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e Vermelho: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939).** 135 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 2004.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Lutas e movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970. **ECCOS – Revista Científica**, Volume 11, nº 1, janeiro-junho de 2009.

GOMES, Nilo Sérgio. **A imprensa carioca na virada do século XX – Memórias do JB**, disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline>> acesso em 20/2/2006.

MAESTRI, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: Editora UPF, 2010.

PADRÓS, Enrique S. & GASPAROTTO, Alessandra. Gente de menos – nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974-1985). IN: PADRÓS, Enrique Serra [et. al.] (org.). **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória – Volume 4 – O fim da ditadura e o processo de redemocratização.** Porto Alegre: Editora CORAG, 2010.

PETERSEN, Áurea Terezinha Tomatis. **Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980-1983).** 360 f. Dissertação (Mestrado) – PUCRS. Instituto de Estudos Sociais, políticos e econômicos: Porto Alegre, 1984.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora UNESP, 1993.

SALLUM JR., Brasília. **LABIRINTOS: dos generais à Nova República.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova República.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.